

REFLEXÃO E PRÁTICA DOCENTE

REFLECTION AND TEACHING PRACTICE

Antonio Carlos Will Ludwig*

RESUMO

Este artigo trata do emprego da reflexão nas tarefas de magistério. Inicialmente apresentamos o percurso da razão no decorrer do tempo, realçando as críticas que recebeu no período contemporâneo, para justificar a relevância de uma das suas expressões que é a capacidade reflexiva. Em seguida fizemos uma exposição das propostas relativas ao professor como profissional reflexivo. Posteriormente salientamos a importância da reflexão no trabalho docente face ao novo cenário social onde a escola encontra-se inserida. No encerramento asseveramos que se faz necessária uma iniciativa governamental voltada para o emprego do modelo reflexivo nos cursos de licenciatura e a elaboração de uma pesquisa de campo destinada a verificar se ele está sendo levado em conta nos currículos de formação docente.

Palavras-Chave: Razão. Reflexão. Prática Docente. Teoria Crítica. Pós-Modernidade. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This article deals the use of reflection in teaching tasks. At first, i showed the reasoning course through time, pointing out the criticism received in contemporary time, to justify the importance of one of its expressions, the reflexive capability. After, I explained the proposals related to a teacher as a reflexive professional. Next, I emphasized the reflection's importance in teaching work due to the new social scenario where the school is in. Finally, I ended saying that it is necessary a government action to the use a reflexive model in teaching courses and, also, a field research to verify if it is taken into account in teacher formation curricula.

Keywords: Reasoning. Reflection. Teaching Practice. Critical Theory. Post-Modern. Democratic Management.

A partir da última década do século passado editoras de nosso país começaram a divulgar obras relativas à formação de professores voltadas para o tema da reflexão. Um dos primeiros livros que abordou este assunto foi o de António Nóvoa intitulado *Os Professores e a Sua Formação*. Este texto valorizador da subjetividade docente, da sua

* Professor do Curso de Ciência da Computação da Fatece. emil@linkway.com.br

autonomia e da sua capacidade de inovar, apresentou a proposta da utilização do pensamento reflexivo nas atividades de magistério através de capítulos escritos por Schön, Gómez e Zeichner. Várias outras obras semelhantes foram publicadas desde esta época até os dias atuais.

É interessante observar que esta proposta penetrou em vários países, conquistou inúmeros adeptos e praticamente não sofreu questionamentos por parte da comunidade docente. Tal fato nos chama a atenção porque a atividade reflexiva é uma das expressões da razão humana, talvez a mais relevante delas. Como se sabe esta razão encontra-se na berlinda desde há muitos anos. Com efeito, integrantes de diferentes linhas de pensamento já fizeram severas críticas a ela.

A razão de que estamos falando possui algumas características marcantes. Ela é uma faculdade subjetiva própria da espécie humana que distingue o homem dos outros animais. Ela não é, entretanto, uma qualidade inata, e sim o resultado da gênese do ser humano. Este caráter histórico possibilitou a emergência de mudanças em suas peculiaridades no decorrer do tempo. Sua instauração nas pessoas dependeu do desenvolvimento dos órgãos nervosos centrais e da evolução dos aparelhos perceptivos e ideativos.

Em seu estágio primitivo a razão se apresenta como uma faculdade eminentemente ativa capaz apenas de realizar determinadas ações sobre os corpos, identificar algumas diferenças entre eles e estabelecer certas definições em função das peculiaridades observadas nestes corpos. A constância desta prática provocou a acumulação de experiências e noções as quais se transformaram em ideação e conceituação. Este desenvolvimento culminou na atividade de imaginação que é a capacidade de destacar a imagem de um objeto na esfera do pensamento.

O alcance deste estágio permitiu a ocorrência de um salto de qualidade na capacidade de representação. O ser humano passou a ser capaz então de criar experiências, antecipar atos, organizar o saber adquirido, estabelecer subjetivamente seu projeto de existência e raciocinar idealmente sem a presença de objetos. Interiorizou-se no homem, portanto, a habilidade de refletir.

A razão humana assim estabelecida tornou-se um poderoso recurso para auxiliar o indivíduo em sua adaptação ao meio ambiente e a conseqüente transformação dele conforme as intenções pessoais e coletivas. No entanto, o exercício da razão não foi pleno desde o início, pois certas formas de pensamento e conhecimento condicionadas pela esfera emocional a colocaram em um plano secundário.

Quanto a estas formas de pensamento devemos mencionar duas. A primeira é pertinente ao saber mítico que diz respeito a um relato de algo fabuloso ocorrido em tempos passados. Envolve explicações sobre a origem do mundo, funcionamento dos processos naturais e gênese dos povos. É um discurso carregado de ficção e criação imaginária que integra a tradição cultural das mais diversas etnias.

O conhecimento mítico é algo não questionável, não criticável e não sujeito a qualquer espécie de correção. Ele exige uma adesão incondicional, sem perguntas. A explicação da realidade dada pelo mito é composta de entidades sobrenaturais, mistérios, magias e elementos sagrados. Nesta cosmovisão todos os acontecimentos naturais, individuais e sociais são governados por forças superiores misteriosas, externas, transcendentais e divinas que só os iniciados são capazes de ter algum entendimento.

Embora o saber mítico tenha sobrepujado o conhecimento racional por muito tempo, em um determinado momento da história ele começou a perder sua força. Seu potencial explicativo entrou em queda por causa de alguns acontecimentos. Um deles refere-se à percepção que foi se formando quanto ao caráter paradoxal da explicação mítica. Com efeito, o ato de tornar inteligível a realidade circundante é praticado através de um discurso carregado de aspectos misteriosos, sobrenaturais e ininteligíveis.

Outra ocorrência foi a observação da contradição entre os mitos. De fato, o crescente contato entre os povos tornou evidente que a realidade circundante era explicada de forma diferente entre populações de regiões distintas. Este intenso contato bem como o constante aumento demográfico e aparecimento de novas formas de organização social, política e econômica exigiu um maior emprego da atividade racional.

Este novo contexto foi bastante favorável à superação do pensamento mítico, o que não significou a sua eliminação. Assim sendo, o pensamento filosófico tomou o lugar privilegiado que até então ele vinha ocupando. Como expressão destacada da razão humana esta forma de pensar evoluiu, solidificou-se, adentrou em todas as regiões do mundo e mantém-se sólida até os dias atuais.

Apesar de ter derrotado o modo mítico de pensar, o saber filosófico encontrou uma barreira bastante forte à sua frente que foi o conhecimento teológico. Ele diz respeito a um conjunto de supostas verdades adquiridas através da revelação divina. São crenças sustentadas pelo argumento de autoridade e poder da fé. A fonte deste saber encontra-se nos livros sagrados lidos e comentados por sacerdotes e fiéis.

O conhecimento teológico, particularmente o cristão relativo à igreja católica, também teve o poder de colocar em segundo plano o pensamento filosófico. Embora certos padres desta instituição religiosa tais como S. Agostinho e S. Tomás de Aquino, terem praticado a filosofia, o trabalho de reflexão desenvolvido por eles sempre esteve subordinado aos dogmas cristãos.

Mais importante que a atividade reflexiva foi o controle exercido sobre a sociedade em nome da religião. A esse respeito cabe lembrar o domínio da igreja na política e na economia através da aliança do clero com a nobreza, esta responsável pelo governo e manutenção do modo de produção feudal. Cabe lembrar, também, o monopólio da educação, pois ela era oferecida em estabelecimentos da igreja ou nos castelos reais cujos professores eram os padres. Cite-se ainda a criação do Índice dos Livros Proibidos e a instauração do Tribunal da Inquisição.

Não obstante a razão conseguiu superar este obstáculo depois de alguns séculos. Contribuiu bastante para que isto acontecesse a emergência da classe social burguesa responsável pela implantação do modo de produção capitalista em substituição ao modo de produção feudal. O aparecimento das primeiras fábricas era consoante com o nascente desenvolvimento técnico e científico da época, pois muitas criações da ciência e da técnica encontravam campo de aplicação no parque industrial.

A razão agora liberta das amarras religiosas tornou-se muito valorizada por produzir artefatos inéditos e conferir benefícios materiais. Isto criou um estado de empolgação crescente entre intelectuais e pessoas comuns. É neste contexto que emergiu o movimento iluminista, através de Voltaire, Montesquieu e Rousseau dentre outros. A configuração deste movimento deveu muito a René Descartes criador de um método de busca da verdade e de Francis Bacon inventor do método experimental.

O movimento iluminista destacou-se por fazer um forte questionamento ao poder da igreja e de seus dogmas e enaltecer a liberdade e dignidade humana através de um discurso voltado para a transformação dos vassalos em cidadãos. Um de seus aspectos mais importantes foi a supervalorização da razão considerada como produtora de conhecimentos a serviço do bem estar humano e do progresso da civilização. Com base nesse pressuposto apresentaram certas iniciativas tais como a produção da Enciclopédia e a criação de museus, academias e centros de pesquisa.

Agora chancelada por um grupo expressivo de filósofos a razão segue seu curso triunfal. Com efeito, toda a vida em sociedade nos séculos vindouros se tornará pautada, crescentemente, por processos racionais. Empregam-se nos setores produtivos

recursos gerenciais descobertos pela Ciência da Administração. No campo da educação as escolas passam a adotar técnicas de ministrar aulas e avaliar a aprendizagem dos alunos. Os responsáveis pelo governo dos países contratam especialistas das mais diversas áreas do saber para comporem os ministérios. Enfim, todos os setores da vida humana passam a apresentar uma organização e um funcionamento racionais.

Não resta dúvida que esta razão vitoriosa teve o poder de realizar coisas admiráveis em todos os setores da vida humana e deverá continuar produzindo novidades no decorrer dos anos que se seguem em benefício da humanidade. Parece, entretanto, que os aspectos positivos dela resultantes perdem, de longe para os negativos, haja vista que ela não conseguiu eliminar nem diminuir a fome em muitas regiões do mundo, não foi capaz de proporcionar tratamento médico a todos os que dele necessitam e nem competente para acabar ou frear a violência reinante na sociedade. Portanto, o que se nota é que a crença principal dos adeptos do iluminismo não se concretizou. Esta falência da razão possibilitou o recebimento de severas críticas, particularmente pelos adeptos da pós-modernidade.

Os defensores da concepção pós-moderna asseveram que se faz necessário abandonar totalmente o projeto do iluminismo de busca da emancipação humana através do emprego da racionalidade, porquanto o desejo de dominar a natureza a ele inerente resultou no domínio dos seres humanos. Por sua vez, a criação de metanarrativas fundamentadoras e legitimadoras da previsibilidade de uma história humana universal revelou-se totalmente ilusória porque não levou em conta que o desenrolar dos acontecimentos é carregado de incerteza e indeterminação.

Embora tenham feito uma rigorosa crítica da objetivação da faculdade racional, os pós-modernos não apresentam uma atitude de rejeição a ela e nem uma recusa da valiosa herança que deixou. O que eles não aceitam é que o homem permaneça sob o jugo da ciência e da técnica. Defendem, portanto, uma interação entre a razão e as outras dimensões do sujeito. A valorização do indivíduo atribuída por eles, entretanto, não significa o culto da identidade pessoal. Ela implica o desenvolvimento de outras características humanas para que possam ser forjados novos recursos de pensamento necessários ao enfrentamento de uma realidade instável e contraditória.

Integrantes da denominada Escola de Frankfurt também já apresentaram um discurso crítico pertinente à razão. Alguns de seus antigos integrantes disseram, em um passado não remoto, que a razão iluminista fracassou totalmente em sua finalidade de emancipar a vida humana através da evolução da ciência e da técnica. Ao se inserir em

todas as dimensões da totalidade social, ou seja, na economia, na política, na arte, na cultura, na educação, etc., ela provocou a ocorrência da irracionalidade, da regressão, da individualização, da submissão, da alienação e da reificação.

Esta razão provocadora de perversos acontecimentos é denominada por eles de razão instrumental. É assim qualificada porque sua preocupação central é a de realizar o domínio cognitivo da realidade circundante para propiciar a elaboração de tecnologias de controle dos processos naturais. Entretanto ao lado dela existe a razão crítica que é dotada de autonomia suficiente para fazer reflexões rigorosas a respeito de qualquer coisa. O exercício da razão crítica emerge como uma esperança para o futuro da humanidade, pois constitui um importante recurso emancipatório.

Podemos inferir a partir destas colocações que tanto o pós-modernismo quanto a teoria crítica apresentam os aspectos negativos e as limitações da razão objetivada na forma pragmática, porém, não minimizam o seu poder e nem propõem que ela seja colocada em segundo plano, ao contrário, postulam a sua revitalização e emprego constante para que o homem seja capaz de enfrentar as vicissitudes da vida e lutar para que mudanças sociais relevantes sejam concretizadas.

Após verificar que as críticas endereçadas à razão possuem um determinado sentido, e que estas críticas não a tornam inválida nem a enfraquecem, retornemos ao segundo parágrafo deste artigo, onde dissemos que a proposta do professor como profissional reflexivo nos chama a atenção por ser uma expressão da razão que se encontra na berlinda. Pela análise realizada podemos afirmar que esta proposta apresenta uma base sólida e continua sendo, portanto, um recurso pedagógico de extrema importância.

Esta análise nos permite compreender também a origem desta proposta. Assim sendo, podemos dizer que sua gênese encontra-se na tradicional formação tecnicista do professor que remonta há muitas décadas. De fato, sabemos que desde o século passado até os dias de hoje tem prevalecido nos cursos de licenciatura a concepção da racionalidade técnica, herdeira direta do movimento positivista. Consoante a esta racionalidade o trabalho docente deve ser eficaz e rigoroso. Refere-se, portanto, a uma ação instrumental, voltada para a solução de problemas através do uso de teorias e procedimentos considerados científicos.

A racionalidade técnica, que continua servindo de base para as instituições encarregadas da formação docente, enfatiza a união da teoria com a prática, sendo a prática entendida como o emprego das descobertas originadas da investigação científica

no ambiente escolar. Geralmente ela encontra-se situada no final do processo formativo, momento em que se supõe que os futuros professores já assimilaram a porção necessária do conhecimento científico e de seus resultantes normativos.

Diversas consequências negativas incidentes no professor vieram à tona devido a este tipo de preparo: apresentação de uma visão limitada do ato de ensinar, aquisição dos hábitos de seguir normas sem questioná-las e ler textos padronizados norteadores da ação, exibição da conduta de consumir conhecimentos, revelação de uma atitude conformista, manifestação de uma postura individualista e colocação em prática de uma concepção bancária de educação. Enfim, os professores reduziram, sensivelmente, o seu valioso papel ativo no processo educacional. Estas consequências, como não poderia deixar de ser, foram capazes de impedir ou dificultar bastante a tomada de consciência por parte deles quanto ao papel político da educação.

Em nosso país, a concepção formativa técnica desenvolveu-se e ganhou força a partir da década de sessenta do século passado, com a instauração dos governos militares que almejavam colocar nosso país como uma potência regional. A pretensão modernizadora dos funcionários fardados, com vistas a tornar o Brasil uma nação desenvolvida exigia, segundo eles, a concretização de um projeto educativo de cunho tecnicista abrangente. Consequentemente, o preparo dos professores foi incluído neste projeto.

Embora esta proposta formativa ainda prevaleça, ela encontra-se profundamente abalada pelas críticas recebidas dos adeptos das teorias da reprodução e da resistência em educação. Muitos estudiosos da pedagogia também já asseveraram que a tecnologia educativa não é capaz de apresentar soluções para todos os problemas de formação. Qualquer situação de ensino aprendizagem apresenta-se como uma ocorrência original, complexa, carregada de incertezas, de evidente mobilidade e recheada de conflitos de valores. Isto significa que inexistem dados científicos disponíveis que permitam identificar recursos pedagógicos apropriados para as mais diversas circunstâncias escolares. Assim sendo, é impossível negar que a atividade ocupacional do professor em determinadas situações, exige que ele produza uma resposta original resultante de um processo reflexivo.

Esta necessidade do professor praticar a reflexão já levou muitos estudiosos do assunto a se manifestarem através de publicações. O exame de textos divulgados nos revela uma certa diversidade, porém, mostra que são relativamente unânimes quanto aos

aspectos negativos oriundos da formação tecnicista. Vejamos o que alguns deles disseram a esse respeito.

Dewey talvez tenha sido o primeiro a tratar deste assunto. Sua abordagem identifica o ato de refletir com a filosofia. Entende que a reflexão é provocada por uma incerteza e tem por objetivo eliminar uma determinada perturbação. Portanto, ao indicar que alguma atividade tem que ser concretizada ele faz a defesa da unidade entre a teoria e a prática. Segundo ele, a educação é um laboratório bastante apropriado para colocar em prática os resultados da reflexão filosófica. Baseado no fato da ocorrência de transformações na vida social, conseqüentes da revolução industrial e desenvolvimento da democracia, Dewey assevera que as autoridades educacionais, particularmente os professores devem colocar em prática a atividade reflexiva com vistas a manter constante um processo de renovação do ato educativo.

Furter também foi um dos primeiros a estudar o tema. Para ele a reflexão é uma qualidade imprescindível ao pedagogo, principalmente quando ele assume uma atitude de procura rigorosa, de investigação, de julgamento e de aperfeiçoamento constante. Segundo Furter, a tarefa de reflexão envolve a autocrítica que possibilita dirimir as dúvidas e as justificações e representações enganosas. Inclui ainda uma dimensão criativa, além de conferir segurança na atividade de escolha e permitir maiores possibilidades de realizações.

Em tempo mais recente, Schön propôs a instauração de um *praticum reflexivo* para os professores cujas finalidades dizem respeito à tomada de consciência de sua própria aprendizagem e da maneira como agem seus alunos. Este *praticum* teria três dimensões questionadoras. A primeira diz respeito à compreensão das matérias pelos alunos, a segunda incide na relação entre professores e alunos e a terceira volta-se para o aspecto burocrático da prática do magistério. O *praticum*, a seu ver, deve existir tanto na formação inicial quanto na continuada.

Parrenoud assevera que a iniciação na investigação científica constitui uma estratégia importante para conduzir os docentes a adotarem o hábito de refletir sobre a prática profissional diária. Apesar de saber que a atividade de pesquisa é implementada por uma minoria de professores com a finalidade de produzir novos conhecimentos no âmbito das disciplinas científicas devidamente construídas, considera que a investigação pedagógica pode contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho docente. Além disso, esta iniciação possibilita ao professor uma apropriação ativa dos conhecimentos da área das ciências humanas, além de prepará-lo para aplicar os resultados da pesquisa

no processo educativo.

Kincheloe afirma que a investigação reflexiva é o cerne da reconceitualização crítica da educação. Como defensor da pós-modernidade, diz que a reflexão docente constitui um meio adequado de transformar as práticas pedagógicas vistas como certas, bem como de abalar as crenças e os pressupostos de ensino em vigor. Ela permite a exploração e a crítica de seu pensamento tácito, de suas experiências escolares e de suas crenças relativas ao ato de ensinar e aprender. Mais importante ainda, é a capacidade da reflexão em fazer com que o professor perceba a dimensão política do ato pedagógico, fato que pode conduzi-lo a desenvolver julgamentos éticos e a realizar ações emancipatórias. A pesquisa-ação emerge como o eixo em torno do qual deve ocorrer a preparação continuada do professor, porquanto esta forma qualitativa de investigação permite identificar os aspectos da ordem social dominante que dificultam ou inviabilizam os esforços para perseguir as metas libertadoras.

Zeichner enfatiza que a reflexão docente encontra-se voltada para as situações problemáticas e reflexões-na-ação produzidas pelos professores. Neste sentido, uma formação baseada na pesquisa deve estimular a investigação da própria prática. Lembra Zeichner que a comunidade na qual a escola encontra-se inserida constitui também objeto de estudo e não apenas a sala de aula onde atuam, uma vez que qualquer docente poderá vir a trabalhar com alunos dotados de cultura e valores diferentes dos seus. Há ainda a necessidade de envolver os pais na tomada de decisões na escola como forma de superar o alheamento da comunidade em relação a ela. Também é importante fazer com que a reflexão leve em conta a ação política que condiciona fortemente a vida escolar. Consequentemente será possível superar a atitude de ingenuidade de que os professores podem fazer prevalecer seus pontos de vista pelo poder da argumentação racional.

Giroux, de modo semelhante a Kincheloe, associa a atividade reflexiva do professor com a tarefa de transformação da sociedade. Enquanto expoente da teoria crítica ele considera que as escolas são locais públicos onde os alunos devem aprender as competências necessárias para viverem numa democracia autêntica. Como intelectuais transformadores cabe aos docentes colocar a reflexão e a ação a serviço da formação de indivíduos críticos, atuantes, inconformados com as desigualdades e injustiças, além de comprometidos com a emergência de uma sociedade livre da opressão e da exploração.

Altet diz que o preparo profissional do professor é uma construção pessoal, e se baseia nas atividades desenvolvidas diariamente em classe, as quais constituem objeto

de reflexão e análise. Segundo ele, embora haja uma grande diversidade da formação inicial recebida, os docentes consideram que são as ações escolares cotidianas que lhes proporcionam os conhecimentos necessários à sua atuação. O trabalho de reflexão sobre a prática é feito, também, de maneira compartilhada, isto é, com o auxílio de um mediador que facilita a tomada de consciência e colabora na elaboração de novos conhecimentos.

Garcia, ao alertar sobre o uso indevido do conceito de reflexão no trabalho de formação docente, apresenta três níveis da atividade reflexiva. O primeiro relativo à análise das ações explícitas, o segundo relacionado ao exame do que foi feito e ao planejamento do que vai fazer e o terceiro pertinente às considerações éticas incidentes na prática do magistério, levando em conta suas repercussões contextuais e os condicionamentos sociais, culturais, ideológicos e políticos dos sistemas educativos.

Esta colocação feita por Garcia é bastante apropriada porque faz referência ao cenário onde a educação é realizada. Consideramos que este cenário é muito importante e deve ser realmente levado em conta no trabalho de reflexão docente, pois, como elemento fundamental do pensamento reflexivo ele garante o caráter de totalidade deste pensamento. Os autores citados antes de Garcia apresentam contribuições importantes à proposta de tornar o professor um profissional reflexivo, porém, não fazem, de maneira explícita, uma referência a este aspecto de contextualização do fenômeno educativo.

Quatro dos autores citados: Furter, Schon, Parrenoud e Altet apresentam uma proposta de atividade reflexiva cujo mérito encontra-se no fato de contribuir para a superação da formação tecnicista do professor e o tipo de reflexão positivista que lhe acompanha. Porém, tal proposta é limitada, uma vez que encontra-se circunscrita à própria atividade de magistério, a qual é vista pelo ângulo pragmático e qualitativo.

Kincheloe, Zeichner e Giroux, fazem uma proposta ampliada, pois incluem o aspecto político da prática docente. A atividade reflexiva, segundo eles, deve servir para que os professores alcancem o mais importante objetivo educacional que é o de transformar a sociedade no sentido de torná-la menos injusta e desigual. Para alcançar este intento é necessário um trabalho de reflexão sobre a prática pedagógica com vistas a colocá-la a serviço deste objetivo político.

Embora possamos aceitar que a contextualização do fenômeno educativo possa estar subentendida nas análises e propostas destes estudiosos do assunto, a nossa posição é a de que esta contextualização tem que ser devidamente explicitada. Isto se justifica porque a educação, atualmente, encontra-se fortemente condicionada pelas

influências da globalização, do pós-fordismo e do neoliberalismo na sociedade, apesar de ela também ser um fator condicionante da vida social.

A globalização, entendida de forma ampla como a crescente interdependência planetária nas esferas econômica, científica, cultural e política, viabilizada pelos meios de comunicação, e de forma estrita como o incessante movimento de internacionalização e acumulação do capital financeiro, tem trazido grandes desafios aos sistemas educacionais.

O aprofundamento do intercâmbio entre os povos, por exemplo, coloca como problema o meio de comunicação a ser utilizado pelas pessoas de nações diferentes. Assim sendo, qual ou quais línguas devem ser selecionadas para a atividade comunicativa? A escolha de uma ou mais línguas exigirá seu ensino nas escolas.

Outro problema que as instituições educativas tendem a enfrentar é o do multiculturalismo. O que elas devem fazer para formar um aluno que não só respeite, mas saiba conviver com pessoas de nacionalidades diversas, as quais possuem maneiras de pensar, sentir e agir diferenciadas? Como planejar um currículo destinado a alunos de múltiplos países? Aqui surge a séria questão relativa à homogeneidade e à diversidade cultural. É provável que a inclinação homogeneizadora seja concretizada nos países centrais onde é grande a presença de grupos sociais cujos saberes, crenças e condutas são diferentes dos setores subalternos. Os cidadãos do primeiro mundo tendem a não aceitar estes saberes, crenças e condutas, porquanto consideram legítima apenas a cultura local, o que os levam, algumas vezes, a desvalorizar, desrespeitar e até reprimir o modo de vida desses estrangeiros.

O pós-fordismo é o novo estágio do modo de produção capitalista. Ele é bem diferente de seu antecessor, o estágio fordista. Agora a produção em série encontra-se bastante reduzida e a diversidade de novos produtos cresce exponencialmente. O estilo administrativo taylorista próprio do estágio fordista também é deixado de lado. Acontece nele uma sensível diminuição dos níveis hierárquicos e o trabalhador deixa de ser um indivíduo totalmente controlado e mero seguidor de ordens. Este novo estágio possibilita a ele criticar, sugerir, tomar iniciativas e inovar. Ocorre também o crescimento da automação e a qualidade dos produtos torna-se a principal finalidade.

Esta passagem para um período de baixa empregabilidade resultante do aumento da automação no processo produtivo e alta preocupação com a qualidade complica bastante a tarefa da escola, pois a partir deste momento passa-se a exigir dela uma elevada capacidade em relação à tarefa de formação dos alunos para um mercado

de trabalho extremamente competitivo.

Passa a ser exigido dela também, assim como de outras instâncias educativas, o oferecimento de uma formação continuada diversificada e de níveis de escolaridade cada vez mais elevados, porquanto a quantidade e a qualidade de educação recebida apresenta-se como condição essencial para as pessoas disputarem as poucas vagas oferecidas pelo mercado ocupacional.

O neoliberalismo pode ser entendido como a superestrutura ideológica do capitalismo atual. Ele possui algumas características marcantes que o distinguem de seu antecessor originário que é o liberalismo. Uma delas é a sua força. De fato é admirável verificar como esta ideologia impregnou-se na vida em sociedade de forma a quase inviabilizar outras alternativas ideológicas. Outra refere-se à ênfase concedida à dimensão econômica que na proposta liberal permanece em plano de igualdade com as dimensões moral e política. A terceira é pertinente ao seu aspecto mais destacado que é a valorização do capital financeiro em detrimento do produtivo.

Seus adeptos defendem a implementação de cortes significativos na tributação, o controle rígido do déficit orçamentário e a implementação acelerada da privatização de empresas públicas. O próprio Estado é visto por eles como um órgão ineficiente, causador de crises e como tal não deve fazer intervenções na economia. Um mercado livre segundo os neoliberais é condição fundamental para a manutenção da competitividade, a qual torna máxima a eficiência econômica, bem como contribui sobremaneira para que a liberdade individual e a solidariedade social sejam mantidas.

De acordo com os parâmetros neoliberais a educação tem que ser vista como uma mercadoria oferecida pelo mercado. A escola, por sua vez deve ser gerenciada de maneira semelhante às empresas privadas, pois desta forma é possível torná-la mais eficiente e mais equitativa no sentido de ampliação do atendimento à população escolarizável. Sua tarefa primordial é a de eliminar da mente das pessoas a concepção de cidadania e colocar em seu lugar a representação de uma sociedade constituída por consumidores em situação de disputa. Nesta imagem social não cabem os ideais de cooperação e solidariedade acalentados desde há muito tempo. O que interessa agora é formar um indivíduo apreciador da meritocracia e da competitividade, pois são fatores imprescindíveis para a obtenção de níveis elevados de rendimento e produtividade.

Entendemos que estas exigências do neoliberalismo à educação encontram-se em processo de enfraquecimento nos dias de hoje haja vista que o mesmo também está caminhando de forma debilitada. A crise financeira que em período recente abalou

seriamente o mercado internacional e colocou em xeque a capacidade de governar em quase todos os países foi uma ocorrência que contribuiu poderosamente para a perda de força do neoliberalismo. Atualmente já existe uma espécie de consenso entre as autoridades públicas dos mais diversos recantos do mundo sobre a relevância da intervenção do Estado na economia e a regulamentação estatal do mercado. Observe-se que este consenso já está começando a implementar medidas concretas neste sentido.

Como pode ser notado, a proposta de Garcia quanto ao contexto da educação é bastante pertinente. Assim sendo, ele tem que ser levado em conta na atividade reflexiva do professor. Vale destacar então que a reflexão docente não pode ser praticada apenas numa dimensão endógena, ou seja, limitada aos muros escolares, pois as instituições educativas fazem parte de uma determinada organização social composta por outros setores os quais as influenciam significativamente.

Cabe realçar também que as propostas apresentadas e as análises realizadas não autorizam conceber que a escola funciona apenas como uma caixa de ressonância da sociedade onde ela encontra-se inserida. Um dos motivos impeditivos diz respeito ao fato de que ela nem sempre possui as condições necessárias para atender às exigências políticas e econômicas de um determinado momento histórico. Outro motivo refere-se à sua incapacidade pedagógica de concretizar uma formação homogênea do corpo docente. O terceiro motivo relaciona-se à presença de condutas de resistência em seu interior.

Estas importantes características da escola devem ser levadas em conta no processo reflexivo docente uma vez que revelam que ela possui uma real autonomia relativa a qual é sustentada por documentos legais. Tal relevante peculiaridade possibilita-lhe realizar uma forma de preparação dos alunos cujos conhecimentos e habilidades adquiridos por eles sejam capazes de os estimularem a serem cidadãos ativos na sociedade com vistas a torná-la menos injusta e desigual. É uma tarefa bastante difícil, haja vista que os avanços da globalização, do pós-fordismo e do neoliberalismo têm acirrado as injustiças e as desigualdade sociais.

Vale destacar ainda que as propostas dos autores citados podem conduzir os leitores a elaborarem uma concepção individualista do processo reflexivo docente. Embora elas possam contribuir para a formação desta maneira de conceber supomos que eles talvez não tenham tido esta intenção. Não temos dúvida de que a reflexão isolada do professor é importante para a melhoria de seu trabalho, mas consideramos que a reflexão coletiva é pelo menos tão relevante quanto ela.

A reflexão coletiva é um tema que já foi comentado por estudiosos do assunto. Quanto a ela destacamos a proposta de Alarcão referente à escola reflexiva. Segundo esta autora tal tipo de instituição educativa pode ser entendida como uma organização que se pensa e se questiona de modo constante, principalmente quanto ao seu papel social, sua organização e seu funcionamento. Desta forma, ela envolve todos os seus integrantes internos e externos bem como valoriza a aprendizagem coletiva daí resultante.

Parece-nos que esta proposta emerge consoante ao atual movimento em prol do emprego da gestão democrática nas escolas. Como sabemos este modo de administrar que supera o estilo burocrático, ancora-se basicamente na atividade participativa daqueles que fazem parte da organização escolar e dos representantes da comunidade onde a escola encontra-se inserida. A participação envolve as condutas de examinar propostas e argumentos, apresentar ideias e sugestões, defender posições assumidas, empreender esforços para a busca do consenso e praticar o exercício do voto quando o consenso não se torna possível.

Consideramos, portanto, que a gestão democrática estimula sobremaneira a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de educadores reflexivos, pois o exercício do diálogo e da troca de idéias, a utilização do trabalho conjunto e o uso dos mecanismos de consulta no interior da escola apresentam-se como elementos capazes de provocar este desenvolvimento.

Faz parte de nossa crença que uma instituição educativa administrada de maneira democrática e composta por educadores que praticam a reflexão individual e coletiva é capaz de oferecer aos discentes uma educação de qualidade.

Educação de qualidade é o assunto destacado do momento atual, porém, desde fins do século passado este tema encontra-se na berlinda por representar um anseio prioritário de governantes, empresários e educadores. Ele tem sido repetidamente abordado por causa da quase universalização do ensino fundamental em nosso país e do avanço do neoliberalismo, da globalização e do pós-fordismo, que supervalorizam o domínio de conhecimentos e habilidades favorecedores da manutenção da nova ordem social patrocinada por eles e que é carregada de iniquidades.

Acreditamos que o constante exercício da reflexão individual e coletiva, realizada em um cenário de gestão escolar democrática, pode contribuir decisivamente para a construção de um conceito de qualidade que supere o estimado por esta tríade. O obstáculo mais sério desta construção diz respeito ao aspecto valorativo que é marcante

na idéia de qualidade e muito variável tanto do ponto de vista pessoal quanto grupal. Supomos, entretanto, que é plenamente viável a comunidade escolar chegar a um acordo quanto ao seu sentido que deve contemplar sua dimensão de processo ou das características desejadas no modo de formação dos alunos e a dimensão de produto que é o resultado do ato de ensinar e aprender constatável nos discentes pelo nível de domínio dos saberes e competências previstos para serem alcançados por eles.

Considerando a incontestável relevância da atividade reflexiva docente pensamos que as autoridades educacionais de nosso país deveriam conceder uma atenção especial a ela. Esta atenção teria que se concentrar nas múltiplas licenciaturas oferecidas pelo ensino superior estatal e privado através de uma iniciativa por parte do governo voltada para a implantação da proposta reflexiva nos cursos de preparação para o magistério. Por outro lado seria muito importante também realizar pesquisas de campo tendo por objeto essas licenciaturas para verificar se a proposta do professor como profissional reflexivo está sendo levada em conta nos currículos encarregados de sua formação.

Referências

- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional. In: PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- FURTER, Pierre. **Educação e reflexão**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GARCIA, Carlos. A formação de professores. In: NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- KINCHELOE, Joe. **A formação do professor como compromisso político**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- LUDWIG, Antonio Carlos. **Conservadorismo e progressismo na formação docente**. Campinas: Pontes, 2000.
- NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PERRENOUD, Philippe. **Formando professores profissionais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- PIMENTA, Selma. **Professor reflexivo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- ZEICHNER, Ken. Novos caminhos para o praticum. In: NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.